

Minicurso “Reconhecendo Estereótipos Raciais nas Mídias e o Ensino de História” e a Lei 10.639/03

Minicourse "Recognizing Racial Stereotypes in the Media and History Teaching" and Law 10.639/03

Silvio José de Mello Neto
Vitória Miron Husein
Guilherme Baumann Achterberg
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Santa Maria – RS- Brasil

Resumo

O presente artigo tem a intenção de apresentar a experiência de um minicurso intitulado “Reconhecendo Estereótipos Raciais na Mídia e o Ensino de História” e relacioná-lo com a Lei 10.639/03. O minicurso em questão ocorreu no ano de 2022 como atividade de uma disciplina de estágio no âmbito de um curso de História/Licenciatura. A atividade proposta tem relação direta com a Lei 10.639/03 e teve como objetivo incentivar processos de ensino-aprendizagem críticos e antirracistas. Apesar de as dinâmicas da sociedade racista estrutural dificultarem o reconhecimento dos privilégios de pessoas não racializadas, muitos participantes não racializados se engajaram em entender os conceitos propostos. As tarefas realizadas por eles permitem concluir que ocorreu uma apropriação satisfatória do processo de análise de estereótipos raciais.

Palavras-chave: Racismo, Educação, Lei 10.639/03, História

Abstract

The present article aims to present the experience of a workshop entitled "Recognizing Racial Stereotypes in the Media and History Teaching" and relate it to Law 10.639/03. The workshop in question took place in 2022 as an activity of a teaching internship discipline within a History/Licentiate course. The proposed activity is directly related to Law 10.639/03 and aimed to encourage critical and anti-racist teaching-learning processes. Despite the dynamics of a structural racist society making it difficult to recognize the privileges of non-racialized people, many non-racialized participants engaged in understanding the proposed concepts. The tasks they performed allow us to conclude that there was a satisfactory appropriation of the process of analyzing racial stereotypes.

Keywords: Racism, Education, Law 10.639/03, History

Minicurso “Reconhecendo Estereótipos Raciais na Mídias e o Ensino de História” e a Lei 10.639/03

Introdução

No âmbito do curso de História/Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria a qual dois dos autores estão vinculados, uma das disciplinas obrigatórias, “Prática de Ensino de História D”, envolve práticas educativas em algum espaço social não-formal. O objetivo dela é que os discentes da licenciatura promovam algum tipo de atividade relacionada à docência em espaços como Organizações da Sociedade Civil (OSC) ou Organizações Não-Governamentais (ONGs), partidos políticos, sindicatos, entre outros. Por esta razão, dois dos autores deste artigo uniram esforços para, como atividade principal da disciplina, elaborar um minicurso sobre racismo, estereótipos raciais e o ensino de História. A ideia era poder abordar o racismo recreativo e os estereótipos raciais em encontros voltados para discentes da Licenciatura em História, a fim de instrumentalizá-los não só para dismantelar bordões racistas em sala de aula, mas também para alertar sobre os prejuízos trazidos por estes para minorias étnico-raciais.

O minicurso contou com quatro encontros presenciais de 2h cada, além de um conjunto de atividades remotas. Durante o tempo em que foi ministrado, a cada encontro eram discutidas questões pertinentes aos muitos chavões preconceituosos que circulam nas televisões, revistas, redes sociais, jornais, etc. O racismo foi trabalhado como um fenômeno que afeta a existência de diversos grupos: negros, asiáticos, árabes e indígenas.

O objetivo do minicurso foi contribuir com a formação inicial de professores de história por meio do reconhecimento de estereótipos raciais, focando nas mídias como meio de propagação do racismo. Acreditamos que os estereótipos raciais são mazelas de construções históricas e consequências de doutrinas colonialistas e imperialistas que moldam o imaginário ocidental há séculos. Ao entrar em contato com um estereótipo racial na atualidade, sua origem pode ser rastreada historicamente e é preciso entender qual papel este estereótipo cumpriu e cumpre na sociedade de seu tempo.

Sendo assim, acreditamos que saber identificar os estereótipos raciais, entender a construção histórica deles e destrinchá-los é uma tarefa totalmente pertinente para os profissionais da educação e mais especificamente para os professores de história. De maneira responsável, os estereótipos raciais podem ser utilizados em sala de aula como forma de conscientizar os educandos sobre sua nocividade para diversos grupos étnico-raciais.

Este artigo pretende relacionar o minicurso “Reconhecendo Estereótipos Raciais na Mídia e o Ensino de História” com a lei 10.639/03, apontando sua relevância e potencialidades em prol de um ensino crítico e antirracista.

Estereótipos raciais e a mídia

As experiências coloniais e imperialistas que levaram à subjugação de uma raça pela outra no passado têm suas moléstias reverberando até a atualidade. A premissa de inferioridade dos negros para justificar o cativeiro durante a escravidão no Brasil, não deixa de ser a aplicação um estereótipo racial. Lilia Schwarcz (1993) nos mostra que ao longo do século XIX a ciência trabalhou para comprovar a inferioridade das pessoas negras e sua suscetibilidade ao crime, por exemplo. Mesmo após a abolição da instituição, outras justificativas foram sendo encontradas para manter hierarquias e privilégios raciais, como nos mostra Chalhoub (2006) quando disserta sobre o conceito de “classes perigosas” na primeira república. Outros exemplos se seguem como o discurso que relega aos palestinos a alcunha de bárbaros e incapazes de sua própria autogestão como uma das justificativas para a criação do Estado de Israel (Said, 2012). Diversos são os estereótipos que atingem negros, indígenas, árabes e asiáticos; muitos deles ainda têm intersecções, tendo diferentes significados de acordo com o gênero e classe que se inserem na redoma racial, como nos mostram Patricia Hill Collins (2019) e Angela Davis (2016) ao abordarem, respectivamente, os estereótipos ou imagens de controle (Collins, 2019) de *Mammy* e do homem negro estuprador.

Muitos são os estereótipos étnicos e raciais que foram construídos ao longo da história; estas construções desempenharam diferentes papéis em diferentes contextos, e muitas delas permanecem até a atualidade. Um trabalho essencial para a elaboração do minicurso em questão foi “Racismo Recreativo” de Adilson Moreira (2020), onde o autor analisa a utilização do racismo para gerar efeito cômico na representação de pessoas não-brancas.

Moreira (2020, p.32) pontua que um dos argumentos daqueles que não vêem problemática no humor que se utiliza de estereótipos raciais é que a intenção da piada/representação é ser cômica, recreativa e, portanto, não pode ser interpretada como racismo. Porém, o autor nos mostra que este tipo de “humor” é uma “[...] forma de degradação pessoal que impede a participação plena dos indivíduos na comunidade política,” pois reforça estigmas étnicos e raciais que têm lastro histórico. As formas de legitimação do

**Minicurso “Reconhecendo Estereótipos Raciais na Mídias e o Ensino de História” e a Lei
10.639/03**

racismo têm sua historicidade, pois mudam ao longo do tempo; se um dia o racismo legitimou a escravidão, posteriormente as piadas racistas continuaram reforçando preconceitos e propagando “[...] imagens culturais destinadas a justificar hierarquias sociais entre negros e brancos.” O ainda explicita:

Em função de seu caráter discursivo, produzido por sentidos culturais, um projeto racial permite a construção de narrativas que determinam as manifestações do senso comum sobre a relevância da raça e do racismo em uma sociedade. Portanto, mais do que criar e legitimar representações culturais, um projeto racial influencia a percepção do significado da raça, o que determina a percepção dos vários agentes sociais na vida cotidiana. [...] Assim, raça é uma representação cultural que estrutura relações de poder dentro de uma sociedade; ela pode ser utilizada para a legitimação de normas legais que tratam indivíduos de forma arbitrária ou pode permanecer invisível em sociedades nas quais privilégios raciais sistemáticos tornam a discriminação direta uma forma obsoleta de manutenção de hierarquias entre negros e brancos. Aqueles grupos que possuem poder político e econômico criam sentidos culturais que os permitem atribuir valores a certos traços a partir das quais identidades e lugares sociais são instituídos. Portanto, o conceito de raça é produto de um processo de atribuição de significados que expressa o poder de grupos majoritários de construir sentidos que corroboram relações raciais hierárquicas. Por ser uma construção cultural, a raça pertence ao mundo simbólico, expressando sentidos que são criados com o propósito específico de dominação. Isso significa que ela não possui significados fixos, mas adquire conotações específicas dentro de contextos culturais e históricos particulares. Por esse motivo, o pertencimento a grupos raciais pode mudar ao longo do tempo dependendo dos interesses materiais dos grupos dominantes. Assim, o processo de racialização de grupos humanos é um exercício de poder que proporciona os instrumentos para a dominação de certas populações, pois elas são criadas como diferentes e inferiores. (Moreira, 2020, P.43).

Em sua monografia, Vitória Miron Husein (2022) trabalhou com animações racistas produzidas nos Estados Unidos entre as décadas de 30 e 40 do século XX. Estas animações foram analisadas levando em conta o contexto das Leis *Jim Crow*, que institucionalizavam a segregação racial no país. A autora concluiu que os estereótipos raciais que se apresentavam nas animações eram os mesmos que justificavam as leis de segregação, e que ambas as categorias tinham uma relação de mão dupla.

Atribuir o fenótipo negro à criminalidade, infantilidade, desleixo, preguiça, barbárie foi o que justificou as leis *Jim Crow*; as animações não iniciam esta tradição, porém a ratificam, propagam estas imagens derogatórias das pessoas negras, e se utilizam dos mesmos pretextos (muitas vezes sob a prerrogativa de causar um efeito cômico) que garantiram a segregação racial legalizada. Em outras palavras, as animações não criam estes significados pejorativos, porque eles já existiam, mas os afirmam e os disseminam. [...] O humor é produto do contexto cultural no qual as pessoas vivem. Após fazer uma retomada sobre a escravidão e a segregação racial nos Estados Unidos, onde pessoas negras tinham seus corpos linchados, enforcados,

incendiados, onde a segregação era legalizada e institucionalizada, faz sentido que as animações deste período tivessem tamanha carga racista. As leis de segregação e as animações conversam; mas mais do que isso, se retroalimentam. [...] Estas imagens de controle, utilizadas para causar um efeito cômico nas animações, são mais uma faceta da luta de classes: são fomentadas e distribuídas pelas classes dominantes para manter uma hierarquia social e racial que os mantenha enquanto classe dominante; em outras palavras, que conserve a supremacia branca e a dominação de um grupo (brancos) sobre outro (negros). (Husein, 2022, p. 72-73).

Sabendo dessas reflexões acerca de racismo, raça e imagens de controle (Collins, 2019), elaboramos o minicurso para abordar não só os estereótipos que afetam pessoas negras, mas também outras minorias étnico-raciais. Exemplos a serem utilizados não nos faltavam; estivessem eles num passado midiático mais distante ou em nossas próprias memórias, compilamos novelas, cenas programas de comédia, clipes musicais, cenas de filmes, séries, animações, memes, capas de revistas, etc. Os estereótipos raciais são facilmente acessados na internet via *YouTube* ou *Google Imagens*; os exemplos utilizados no minicurso circulavam e circulam não somente em mídias brasileiras, mas também em produções internacionais que são exportadas, como é o caso por exemplo de animações como *Mickey Mouse*, distribuída pela *Disney* e de filmes como *Norbit*, distribuído pela *Paramount Pictures*.

Nosso intuito foi debater com futuros docentes sobre a nocividade dos estereótipos étnico-raciais, o papel que desempenham na sociedade, suas origens históricas e como utilizar esses estereótipos em sala de aula, na disciplina de História para combatê-los.

A formação de professores de história e as Leis Nº 10.639/03 e 11.645/2008

No contexto da construção de uma escola onde o racismo seja combatido, em 2003 foi promulgada uma importante alteração no currículo oficial da Educação Básica brasileira: a Lei nº 10.639/2003, que alterou a LDB, incluindo a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Após a promulgação da lei, em 2004 foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Segundo essas diretrizes,

A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar

Minicurso “Reconhecendo Estereótipos Raciais na Mídias e o Ensino de História” e a Lei 10.639/03

objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. (Brasil, 2004, p.11).

A referida normativa institui que seja estudada a história de luta do povo negro no Brasil, bem como sua cultura e influência na construção do país. Em 2008, foi alterado o trecho da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) citado anteriormente, passando a vigorar com a seguinte redação: “[...] estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.” (Brasil, 2008, Art. 26-A). Essa alteração ocorreu em um contexto de luta pelos direitos dos povos indígenas brasileiros e valorização de sua cultura e história.

Nesse contexto, a atuação de movimentos negros organizados foi essencial. Pereira (2011, p.38) sintetiza que

Uma característica importante do movimento negro contemporâneo, articulada diretamente à questão da importância da educação para a população negra, vista aqui como uma continuidade ao longo do processo de constituição do movimento ao longo do Século XX, é a reivindicação pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”, contida na “Carta de princípios” do MNU.

O autor pontua que a luta contínua dos militantes negros permitiu a elaboração da Lei 10.639, em 9 de janeiro de 2003 e argumenta que ela “tem potencial para promover a construção de uma prática docente que questione preconceitos e que seja pautada pelos princípios da pluralidade cultural[...]” (Pereira, 2011, p.43).

O curso de História Licenciatura alterou seu currículo em 2018, incluindo os seguintes componentes curriculares: História da África A, História da África B, História das Culturas Indígenas, História da Cultura Afro-Brasileira A. Segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), as DCNs para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana “serão atendidas nas disciplinas obrigatórias de História da África A, História da África B, História e Cultura Afro-brasileira, História das Culturas Indígenas.” (PPC do curso de História Licenciatura, UFSM, 2018, p.1). Dessa forma, mesmo que tardiamente, essas disciplinas discutem aspectos conceituais e históricos importantes e essenciais para ensinar sobre a história afro-brasileira e indígena.

Entretanto, como a escola é uma instituição histórica e que se consolidou por meio de contradições e disputas ideológicas entre classes e grupos sociais distintos, a simples criação

da lei não resolveu por si só os desafios curriculares. Almeida e Sanchez (2017) investigaram as dificuldades do processo de implementação dessa legislação.

Dentre outros pontos, os autores concluem que

Uma das articulações que demonstra ser deficiente, nesse ponto, é aquela que acontece entre as políticas do Ensino Superior e as da Educação Básica: o tema mais problematizado no levantamento de produções acadêmicas a respeito da Lei 10.639 foi o da formação inicial e continuada de professores: alguns trabalhos pontuam a necessidade de maior participação das universidades nesse aspecto e também na produção e na divulgação de conhecimentos pertinentes aos conteúdos incluídos pela lei no currículo escolar (Almeida; Sanchez, 2017, p.72).

Essa constatação não é isolada. Cereser (2015, p.299) concluiu, em seu estudo sobre cursos de história licenciatura, que

As narrativas evidenciaram que há espaços, embora tímidos e limitados, para o estudo da história afro-brasileira e indígena nos cursos de formação inicial de professores, demonstrando as ações específicas desenvolvidas em cada curso, assim como as deficiências ainda presentes tanto no currículo formal, quanto na prática docente dos formadores de professores. Demonstraram também que a implementação do disposto nas referidas leis de ações afirmativas foi incorporada de forma parcial nos cursos investigados.

O autor conclui que a implementação dos espaços destinados a estudar tais assuntos ocorre de forma contraditória. Por um lado, as leis e diretrizes publicadas trouxeram mais visibilidade para a pauta, ampliando pesquisas e publicações de materiais didáticos. Por outro lado, a efetivação dessas mudanças enfrenta resistências e negações regionais e epistemológicas, já que algumas práticas de ensino de história investigadas pelo autor “[...] mantêm os atores excluídos na condição de subalternos e não na condição de atores ativos do processo histórico” (Cerezer, 2015, p.305).

Bittencourt (2018, p.127) também compreende que o ensino de história vem mudando ao longo das últimas décadas, mas que essas alterações “[...] enfrentam constantes desafios para se efetivarem, como a inclusão da história da África e da cultura afro-brasileira, da história dos povos indígenas ou das mulheres.”

Nesse cenário, a proposta do minicurso torna-se potencialmente uma forma de auxiliar os futuros professores a construir recursos didáticos atuais e conectados com as mídias digitais com a finalidade de discutir os estereótipos raciais ainda em voga e suas raízes

Minicurso “Reconhecendo Estereótipos Raciais na Mídias e o Ensino de História” e a Lei 10.639/03

históricas. Com esse processo, é possível posteriormente criar outras visões do negro na história do Brasil. Para que isso ocorra nas escolas,

É vital que os professores de História recorram, em suas práticas de ensino, à valorização da memória dos diversos grupos étnicos que compõem a nossa sociedade, como forma de incentivar nos alunos a audição da voz de excluídos e as lições que podem trazer para enriquecer suas experiências. (Fontenele; Cavalcante, 2020, p.18).

Essa perspectiva aparece também na argumentação de Fernandes:

Somente o conhecimento da história da África e do negro poderá contribuir para se desfazer os preconceitos e estereótipos ligados ao segmento afro-brasileiro, além de contribuir para o resgate da auto-estima de milhares de crianças e jovens que se vêem marginalizados por uma escola de padrões eurocêntricos, que nega a pluralidade étnico-cultural de nossa formação. (Fernandes, 2005, p. 382).

Nesse ponto, vale salientar que diversos recursos didático-pedagógicos podem ser utilizados para colocar em prática a Lei nº 10.693, de 2003: produção de livros didáticos, cartilhas, formação continuada de professores, pesquisas científicas sobre estereótipos raciais, entre outros.

O Ensino de História como instrumento de reconhecimento de estereótipos raciais e o Minicurso

Para contemplar a Lei 10.639/03, também para cumprir com o estágio obrigatório em locais não-formais de ensino, da Graduação em História, nós ofertamos um Minicurso para os graduandos em História de uma universidade federal, tendo como objetivo a formação prévia sobre assuntos etnico-raciais pouco debatidos no âmbito acadêmico: o reconhecimento de estereótipos raciais, focando nas mídias como meio de propagação do racismo.

Olhar para os estereótipos é também buscar alternativas contra o racismo, já que estes são utilizados de maneira a ridicularizar, humilhar e animalizar pessoas negras a partir de “piadas”. Adilson Moreira (2019) conceitua essa ação dando-lhe o nome de Racismo Recreativo e atribui a televisão um de seus maiores propagadores.

A televisão tem sido um dos meios mais importantes na criação de significações culturais sobre grupos minoritários, um lugar de divulgação de representações cotidianas da negritude em nossa cultura. As imagens exibidas na televisão são exemplos de política cultural porque veiculam ideias que permitem a transformação da branquitude como um tipo de capital cultural, e a negritude como elemento de inferioridade moral. Assim, sentidos culturais são transmitidos todo o tempo por um instrumento que influencia a percepção de dezenas de milhões de pessoas, sendo que ele é integralmente controlado por membros do grupo racial dominante. (Moreira, 2019, p. 66).

Assim, o Minicurso Reconhecendo Estereótipos Raciais na Mídia e o Ensino de História teve como foco evidenciar para os participantes que o racismo está alocado em pequenos gestos da nossa sociedade, pois está estruturado no linguajar, nas formas de representação, nas interpretações. A mídia se utilizou e se utiliza disso até hoje e é necessário que graduandos, futuros professores tenham o senso crítico de além de não reproduzir esse tipo de racismo, ensinar os alunos de forma adequada.

Considerando que o currículo do curso de História não aborda profundamente essa temática, nossa proposta visa abordá-la de maneira específica e abrangente simultaneamente. Em outras palavras, pretendemos abordar os estereótipos raciais de forma aprofundada, ao mesmo tempo em que destacamos sua natureza multifacetada, que afeta diferentes grupos étnico-raciais.

Inicialmente, planejamos realizar essa atividade no Diretório Acadêmico do Curso de História. No entanto, percebemos que, devido ao uso de diversas formas de mídia, seria mais adequado reservar uma sala equipada com projetor.

Para divulgar e gerenciar as inscrições em nosso minicurso, criamos um formulário no Google. Inicialmente, recebemos 20 inscrições. No entanto, a presença nos encontros foi menor, com a participação de aproximadamente 11 a 14 pessoas por semana. A maioria dos inscritos era do curso de História/Licenciatura, mas também tivemos a participação de duas pessoas do curso de Filosofia/Licenciatura.

Apesar de não serem o público-alvo original, a participação dos alunos do curso de Filosofia no minicurso foi proveitosa. Embora o enfoque do minicurso fosse voltado para questões de Ensino de História, os participantes do curso de Filosofia foram muito presentes nas discussões, contribuindo ativamente. Alguns alunos que não se inscreveram formalmente também expressaram interesse em participar das discussões ocasionalmente, no entanto, mantivemos registros apenas dos inscritos e de suas frequências.

Minicurso “Reconhecendo Estereótipos Raciais na Mídias e o Ensino de História” e a Lei 10.639/03

Em essência, nosso Minicurso tinha como objetivo abordar os estereótipos raciais e étnico-raciais, explorando como esses estereótipos podem ser desconstruídos em sala de aula. Além das questões relacionadas ao ensino, o minicurso também tinha um caráter de emancipação pessoal, ao iluminar uma das formas mais insidiosas de racismo na sociedade contemporânea, presente em praticamente todos os espaços: o racismo recreativo.

Para abordar essas questões, algumas leituras foram fundamentais. No primeiro encontro, discutimos as ideias de Frantz Fanon em seu livro "Pele Negra, Máscaras Brancas". Em encontros posteriores, exploramos temas relacionados ao Orientalismo, utilizando obras de Edward Said, como "A Questão da Palestina" e "Orientalismo". As leituras que mais utilizamos foram Adilson Moreira com *Racismo Recreativo* (2020), Silvio de Almeida e *Racismo Estrutural* (2019) e Francisco Bethencourt com a obra *Racismos* (2018).

Esses assuntos foram tratados ao longo de quatro encontros. Montamos um cronograma que contemplou os assuntos e permitiu que os participantes ficassem abertos ao diálogo e ao comprometimento com a tarefa, ao qual deixamos duas.

Quadro 1- Cronograma de encontros

DATA	ASSUNTO DO ENCONTRO
16/11/22	O que é racismo?
23/11/22	Racismo Recreativo (Primeira atividade)
30/11/22	Aprendendo a identificar estereótipos raciais
06/12/22	Utilizando os estereótipos raciais no Ensino de História (Segunda atividade)

Fonte: elaborado pelos autores.

Os encontros abordaram desde assuntos mais básicos como o conceito de racismo até a sua aplicação no Ensino de História, onde foi possível abordar de maneira mais efetiva as considerações da Lei 10.639/03. As atividades foram propostas para serem enviadas para os organizadores para serem lidas e “corrigidas” e eram comentadas durante os encontros. A primeira atividade consistia em escrever um breve parágrafo sobre algum estereótipo que escolhessem. O resultado foi bastante interessante, principalmente levando em conta que a atividade foi passada ao final do segundo encontro, ou seja, no início do minicurso. Ficamos

muito contentes com as escolhas de exemplos e problematizações que os participantes redigiram.

A segunda atividade foi a construção de um plano de aula de eixo temático livre a partir de um objeto que nós proponentes selecionamos e delegamos aos participantes, que foram separados em duplas ou trios. Os objetos escolhidos foram trechos de animações racistas que deviam ser analisadas, problematizadas e utilizadas em sala de aula. Todo aprendizado se deu de forma muito orgânica, permeado por muito diálogo, relatos dos participantes e reconhecimento dos estereótipos raciais que faziam parte da memória de literalmente todos os que se faziam presentes.

Abaixo podemos verificar um plano de aula elaborado por participantes:

Quadro 2 – Exemplo de plano de aula

Conteúdo do Plano de Aula
<p>Tempo de sala: duas aulas (90 minutos)</p> <p>Conteúdo: Racismo e estereótipos raciais na mídia.</p> <p>Objetivo geral: Identificar estereótipos raciais na mídia. Objetivos específicos: Estimular o senso crítico a respeito de estereótipos raciais na mídia.</p> <p>Metodologia:</p> <p>Primeira aula: Abordagem expositivo/dialogada sobre estereótipos raciais. Em seguida exibição do vídeo “Land O Cotton (1929) Van Beuren Aesop's Fable.” Por fim, problematização do vídeo junto com a turma a partir da análise da mídia realizada previamente.</p> <p>Segunda aula: Problematização coletiva dos materiais encontrados pelos alunos.</p> <p>Recursos didáticos: datashow</p> <p>Atividades: Em duplas, os alunos deverão trazer para a aula algum exemplo de mídia que eles reconheçam que perpetue estereótipos raciais, para serem problematizados em conjunto.</p>

Fonte: elaborado pelos participantes.

A avaliação de cada uma das atividades foi feita de forma diferente. Na primeira, os parágrafos escritos pelos participantes foram lidos e utilizados como exemplos nas discussões. A segunda tarefa, como foi entregue após o término das atividades, foi lida e adicionado comentários acerca de cada trabalho.

Para guiar os encontros, além da bibliografia supracitada, selecionamos uma infinidade de imagens, vídeos, recortes de filmes, séries, músicas, reportagens, etc. (mídias variadas) para elucidar os estereótipos raciais. Utilizamos slides para poder mostrar nossos objetos de análise. Os encontros eram expositivos e dialogados; todos os objetos (imagens, vídeos, etc.) apresentados faziam parte de uma discussão interligada. Foi através destes

Minicurso “Reconhecendo Estereótipos Raciais na Mídias e o Ensino de História” e a Lei 10.639/03

objetos e da fundamentação teórica a respeito de colonialismo, raça, racismo, da historicidade/contexto dos principais estereótipos raciais e da análise em conjunto com os participantes que os instruímos para identificar e desconstruir estes. Por esta razão, antes de introduzirmos os objetos propriamente ditos, realizamos discussões teóricas a respeito das diferentes categorias de estereótipos (estereótipos de pessoas negras, árabes, chinesas, japonesas, indígenas, etc.).

Considerações Finais

O Minicurso foi concluído no dia em dezembro de 2022 com os organizadores extremamente contentes pelo trabalho que foi desenvolvido. Acreditamos que os estereótipos raciais são grandes perpetuadores dos preconceitos que afligem pessoas não-brancas; estes, são historicamente construídos e continuam a ser consolidados até a atualidade, em muito, pelos estereótipos raciais.

Entendemos que é crucial aprender a identificar, analisar e dismantelar estereótipos raciais, pois isso é essencial para a luta antirracista e pode contribuir para uma educação libertadora. Ao direcionarmos nossa atenção para os estereótipos raciais, começamos a perceber que eles estão presentes em todos os lugares. Ficamos cientes de que esses estereótipos são incutidos em nossas mentes desde cedo, por meio de animações, filmes, músicas e programas de televisão aberta, como o infame "Zorra Total", transmitido pela TV Globo. Devido à sua ampla presença em diferentes contextos, existe uma forte tendência de naturalizá-los, o que é extremamente prejudicial para a experiência das pessoas não-brancas.

Nosso minicurso não apenas abordou essas questões com rigor teórico, mas também explorou a memória dos participantes em relação aos estereótipos raciais que eles já haviam encontrado, mas que talvez não tivessem percebido anteriormente. Acreditamos que essa abordagem tenha contribuído para a fluidez dos nossos encontros, uma vez que os participantes puderam lembrar e compartilhar coisas que já tinham visto, porém agora com uma perspectiva diferente.

Concluimos que as atividades realizadas contribuem para a efetivação da Lei 11.645/2008, uma vez que trataram de analisar uma complexa teia midiática-racista em torno dos estereótipos raciais. Nós entendemos os estereótipos raciais enquanto agentes de

perpetuação de preconceitos e motores de violência contra diversos grupos étnico-raciais; são um território pouco explorado em sala de aula ao mesmo tempo em que são cotidianos na mídia e em legislações. Acreditamos que esta é uma temática que precisa ser trabalhada na disciplina de História pois está diretamente relacionada com processos históricos que reverberam até a atualidade.

Referências

ALEXANDER, Michelle. **A Nova Segregação**. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2018.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ, Livia Pizauro. Implementação da Lei 10.639/2003: competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. **Pro-Posições**, [S.L.], v. 28, n. 1, p. 55-80, abr. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0141>. Acesso em: 28 jun. 2023.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

BEHNKEN, Brian D.; SMITHERS, Gregory D. **Racism in American Popular Media**: From Aunt Jemima to the Frito Bandito. Santa Barbara: Praeger, 2015.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos**: das cruzadas ao século XX. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 32, n. 93, p. 127-149, maio 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/0103-4014.20180035>. Acesso em: 15 maio 2023.

BRASIL. LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 140, n. 8, p.1, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em 24 jun. 2023.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 141, n. 118, p.11, 22 jun. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em 26 junho de 2023.

CEREZER, Osvaldo Mariotto. **Diretrizes curriculares para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena**: implementação e impactos na formação, saberes e práticas de professores de história iniciantes. 2015. 327 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em

Minicurso “Reconhecendo Estereótipos Raciais na Mídias e o Ensino de História” e a Lei 10.639/03

Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13687/1/DiretrizesCurricularesEnsinoHistoria.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2023.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: Cortiços e epidemias na corte imperial**. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/sThSK33jrNMh5hQxB7VHWmJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2023.

FONTENELE, Zilfran Varela; CAVALCANTE, Maria da Paz. Práticas docentes no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. **Educação e Pesquisa**, [S.L.], v. 46, p. 1-20, jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202046204249>. Acesso em: 25 jun. 2023.

HUSEIN, Vitória Miron. **Estereótipos raciais nas animações estadunidenses e as Leis Jim Crow (1932-1941)**. 76p. Monografia de graduação em História na Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. 2022.

MOREIRA, Adilson José. **Racismo recreativo**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

PEREIRA, Amílcar Araujo. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”. **Cadernos de História**, [S.L.], v. 12, n. 17, p. 25-45, 17 maio 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2237-8871.2011v12n17p25>. Acesso em: 15 jun. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117.

SAID, Edward Wadie. **A questão da palestina**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

SAID, Edward Wadie. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TISCHAUSER, Leslie Vincent. **Jim Crow Laws**. Santa Barbara: Greenwood, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. *Projeto Pedagógico do Curso de História – Licenciatura*. Santa Maria: UFSM, 2018.

Sobre os Autores

Silvio José de Mello Neto

Historiador e professor de História formado pela Universidade Federal de Santa Maria, mestrando em História pela mesma universidade. Membro do Grupo de Estudos sobre o Pós-Abolição- GEPA. Tem experiência na área de História, com ênfase em História. Tem interesse em História da escravidão no Brasil; Saúde de escravizados no século XIX; Estudos sobre o Pós-Abolição. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-2638-6988>. Email: silvio.neto@acad.ufsm.br

Vitória Miron Husein

Licenciada e bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestranda pela mesma universidade. Atuou como bolsista no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da UFSM (LEPA), atual LASCA (Laboratório de Arqueologia, Sociedade e Cultura das Américas. Integra o Grupo de Estudos sobre o Pós-Abolição (GEPA) da Universidade Federal de Santa Maria. Foi bolsista na Secretaria de Apoio Internacional da UFSM, auxiliando nas atividades administrativas. Tem experiência na área de História, atuando principalmente na área de educação, história da Palestina e história social. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-5922-7003> Email: viti.miro@gmail.com

Guilherme Baumann Achterberg

Professor de Química e Ciências da Natureza e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Aluno do Curso de Doutorado em Educação (PPGE/UFSM). Participante do Núcleo de Estudos em Cultura, Educação e Ciência (NEC). Pesquisa sobre as seguintes temáticas: Ensino Médio, Processo de ensino/aprendizagem escolar, Ensino de Ciências da Natureza, Motivação, Estilos de Aprendizagem, Mundo do trabalho, Projeto de Vida, Juventudes, Políticas educacionais. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4690-8543>. Email: guilherme.achterberg@acad.ufsm.br

Recebido em: 26/09/2023

Aceito para publicação em: 15/03/2025